



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2022

Data: 21/11/2022	Hora de Início: 15h05
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora de Término: 15h40

UNIDADES PARTICIPANTES:

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI
Secretaria-Executiva - SE
Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN
Secretaria de Operações Integradas - SEOP
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Arquivo Nacional - AN
Polícia Federal - PF
Polícia Rodoviária Federal - PRF
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 15 horas e 5 minutos, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes das unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) Resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) Resultado do monitoramento das recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Trilhas de Auditoria de Pessoal da CGU; 4) Relatório de Gestão Integrado do exercício de 2022; 5) Atualização do Rol de Responsáveis; 6) Análise Preditiva - Portaria Ministerial ME/CGU nº 5.548/2022; 7) Gestão de Continuidade de Negócios; e 8) Campanha de divulgação de cards e vídeos sobre o Programa de Integridade do MJSP. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-Aud/CGU - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Quanto às recomendações da CGU inseridas no sistema e-Aud, apresentou os resultados das ações das unidades referentes ao terceiro trimestre de 2022, demonstrando a evolução no atendimento desde 31 de julho a 31 de outubro de 2022. afirmou que 16 (dezesesseis) recomendações foram consideradas concluídas até a presente data; que, a despeito do quantitativo de concluídas, houve um aumento no total de recomendações quando comparado com o trimestre anterior, tendo em vista que 26 (vinte e seis) novas recomendações foram inseridas no e-Aud, compreendendo um total de 137 (cento e trinta e sete) em execução. Na sequência, apresentou o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor, totalizando 40 (quarenta) recomendações. Por fim, recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento.

2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta - O Sr. Cláudio Py apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades do MJSP desde janeiro até outubro de 2022, que totalizaram 667 (seiscentos e sessenta e sete), englobando representações, denúncias, relatórios de auditoria, prestação de contas etc. Em seguida, explanou sobre a situação das comunicações que se encontram pendentes de resposta, que totalizam 5 (cinco) comunicações, mas estão dentro do prazo para resposta. Por fim, parabenizou as unidades pelo atendimento das determinações do TCU.

3) Trilhas de Auditoria de Pessoal - O Sr. Cláudio Py explanou sobre as trilhas de auditoria de pessoal emitidas pela CGU, que são constatações identificadas nos processos referentes aos gastos da folha de pagamento de pessoal. Ressaltou que tais constatações identificadas nas ações de controle são consignadas em relatórios específicos, os quais são encaminhados aos gestores para conhecimento e implementação das medidas neles recomendadas. Informou que 23 (vinte e três) encontram-se pendentes de resposta. Por fim, solicitou aos gestores o encaminhamento tempestivo das informações.

4) Relatório de Gestão Integrado do exercício de 2022 - O Sr. Cláudio Py informou que o Relatório de Gestão do exercício de 2022 encontra-se em fase de elaboração. Ressaltou a necessidade de disponibilizar à sociedade determinadas informações, conforme determina o TCU; que tais informações devem ser disponibilizadas ao longo do exercício financeiro na página eletrônica do MJSP, devendo ser atualizadas quase que diariamente. Na sequência, mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>) para acessar as informações.

5) Atualização do Rol de Responsáveis - O Sr. Cláudio Py apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, referente à posição de outubro de 2022. afirmou que todas as unidades encaminharam as informações solicitadas pela AECI acerca do rol de responsáveis. Em seguida, ressaltou a necessidade de ser enviada a planilha atualizada até o mês de novembro e de dezembro, antes do encerramento do exercício, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas até o dia 31/12/2022.

6) Análise Preditiva - Portaria Ministerial ME/CGU nº 5.548/2022 - O Sr. Cláudio Py esclareceu que a análise preditiva trata de uma análise informatizada de convênios fora da Plataforma +Brasil. Em seguida, explanou sobre a Portaria Interministerial ME/CGU nº 5.548, de 24 de junho de 2022 que estabelece as regras, diretrizes e parâmetros, com base em metodologia de avaliação de riscos, para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas do passivo de convênios e instrumentos congêneres, cadastrados no módulo de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, que foram operacionalizados fora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, da Plataforma +Brasil. Informou que foi publicada a Portaria MJSP nº 210, de 8 de novembro de 2022, que aprovou o limite de tolerância ao risco de que trata a art. 3ª da Portaria Interministerial ME/CGU nº 5.548, definido com fundamento na metodologia apresentada na justificativa técnica que se encontra a ela. Por fim, apresentou o quantitativo de instrumentos do MJSP por concedente: Fundo Nacional de Segurança Pública – 221; MJSP (unidades com vínculo direto) – 80; Fundo Penitenciário Nacional – 30; e Fundo Nacional Antidrogas – 1.

7) Gestão de Continuidade de Negócios - O Sr. Cláudio Py disse que foi apresentada proposta de alteração da Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, para implementar a Política de Gestão de Continuidade de Negócio – PGCN. Esclareceu que a nova política terá por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadores, bem como as responsabilidades e as competências para a Gestão de Continuidade de Negócios no âmbito do MJSP, visando assegurar a continuidade de suas atividades na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, total ou parcial, de sua infraestrutura operacional, da instalação física, de recursos de Tecnologia da Informação e de Resiliência Cibernética, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros, reputacionais e os impactos negativos à imagem do Ministério atinjam níveis inaceitáveis. Por fim, disse que, por meio do processo nº 08001.002057/2022-69, a proposta foi submetida à apreciação do Gabinete do Ministro, que, considerando que tramita no bojo do processo nº 08011.000086/2021-96 outras alterações da referida Portaria nº 2/2022, encaminhou os autos à Secretaria-Executiva, sugerindo a consolidação das propostas apresentadas.

8) Campanha sobre o Programa de Integridade do MJSP - O Sr. Cláudio Py explanou sobre a campanha de divulgação de cards e vídeos sobre o Programa de Integridade do MJSP, que tem por objetivo divulgar e reforçar as ações de integridade e os valores institucionais do MJSP, promovendo a cultura ética e a boa conduta no âmbito desta Pasta. Na sequência, apresentou aos membros os cinco cards e os três vídeos, informando que o material foi produzido pela AECI e a sua divulgação está sendo feita pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro (ASCOM/GM) nos canais de comunicação do Ministério (e-mail institucional, intranet, instagram etc); que, neste primeiro ciclo, foi abordado o valor “Respeito”; que, no próximo, serão abordados os valores “Legalidade e Resultados”, em que serão apresentadas as atuações e as entregas da gestão de 2022. Por fim, solicitou aos gestores a ampla divulgação da campanha junto aos seus servidores e colaboradores.

Aberta a palavra para os participantes, não houve manifestação.

Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, em 05/12/2022, às 10:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES**, Coordenador(a) de Transparência, Integridade e Riscos, em 05/12/2022, às 10:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IGGO DE PAULO FERREIRA E SILVA, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 05/12/2022, às 10:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 05/12/2022, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **VIRGINIA VIEIRA RODRIGUES PALHARINI, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 06/12/2022, às 10:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 06/12/2022, às 14:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO NEI DA SILVA JUNIOR, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 08/12/2022, às 16:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DE AZEVEDO GONÇALVES, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 14/12/2022, às 10:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 14/12/2022, às 10:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA ROCHA DE CARVALHO, Chefe do Serviço de Gestão de Riscos e Integridade**, em 14/12/2022, às 10:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 14/12/2022, às 11:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **20984049** e o código CRC **218F7CCD**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.